

IMAZON - Instituto  
do Homem e Meio  
Ambiente da  
Amazônia

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506

Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil

Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151

www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores do

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Belém - PA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 11 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC PA-000742/F

Luciano Medeiros  
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

## Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152	62	Fornecedores		59	52
Recursos vinculados a projetos	5	10.921	7.079	Obrigações sociais e trabalhistas		469	367
Adiantamentos	6	1.538	433	Obrigações tributárias		62	62
Valores a receber		95	-	Adiantamentos recebidos	9	101	146
Créditos de contratos e termos de cooperação		-	2	Obrigações com recursos de projetos	10	10.947	6.350
Total do ativo circulante		<u>12.706</u>	<u>7.576</u>	Total do passivo circulante		<u>11.638</u>	<u>6.977</u>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Imobilizado	7	624	700	Obrigações com recursos de projetos	7	<u>345</u>	<u>388</u>
Intangível	8	<u>1</u>	<u>36</u>	Total do passivo não circulante		<u>345</u>	<u>388</u>
Total do ativo não circulante		<u>625</u>	<u>736</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	13	<u>1.348</u>	<u>947</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.348</u>	<u>947</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>13.331</u></u>	<u><u>8.312</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>13.331</u></u>	<u><u>8.312</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas líquidas</b>			
Receitas sem restrição	14	2.845	1.833
Receitas com restrição	14	<u>11.427</u>	<u>11.533</u>
Total de receitas líquidas		14.272	13.366
<b>Custos operacionais</b>			
Custos sem restrição	15	(1.582)	(1.373)
Custos com restrição	15	<u>(11.427)</u>	<u>(11.533)</u>
Total de custos		<u>(13.009)</u>	<u>(12.906)</u>
<b>Superávit bruto</b>		<u><b>1.263</b></u>	<u><b>460</b></u>
Despesas administrativas	16	<u>(870)</u>	<u>(607)</u>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro líquido</b>		<u><b>393</b></u>	<u><b>(147)</b></u>
Receitas financeiras	17	21	25
Despesas financeiras	17	<u>(13)</u>	<u>(11)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>8</u>	<u>14</u>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<u><u><b>401</b></u></u>	<u><u><b>(133)</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Superávit (déficit) do exercício	401	(133)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>401</u></b>	<b><u>(133)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.080</b>	-	<b>1.080</b>
Déficit do exercício	-	(133)	(133)
Incorporação do déficit do exercício	(133)	133	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>947</b>	-	<b>947</b>
Superávit do exercício	-	401	401
Incorporação do superávit do exercício	401	(401)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.348</b>	-	<b>1.348</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superavit (déficit) do exercício</b>	401	(133)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	97	135
Custo residual do ativo imobilizado alienado	2	-
	<u>500</u>	<u>2</u>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Recursos vinculados a projetos	(3.842)	(1.001)
Recursos a receber de projetos	(95)	-
Adiantamentos pagos	(1.105)	(245)
Créditos de contratos e termos de cooperação	2	88
Fornecedores	7	(37)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	(461)
Obrigações tributárias	(1)	(19)
Adiantamentos recebidos	(45)	45
Obrigações com recursos de projetos	4.597	1.663
	<u>120</u>	<u>35</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(30)	(43)
	<u>(30)</u>	<u>(43)</u>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos com administradores	-	(130)
	<u>-</u>	<u>(130)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>90</u>	<u>(138)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	200
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>152</u>	<u>62</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>90</u>	<u>(138)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, — conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 3 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2017 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma: (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

## **2 Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de junho de 2018.

Após a sua emissão, somente a Administração têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis do Instituto estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## **3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas conforme a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Transações e saldos em moeda estrangeira**

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica seus ativos e passivos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e adiantamentos.

*Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos*

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, adiantamentos recebidos, e obrigações com recursos de projetos.

**(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos**

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

**c. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos é registrada contra a conta redutora de imobilizado, constituída quando do registro do imobilizado com restrição, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

**d. Intangível**

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada em 5 anos. Também estão classificadas no intangível as marcas e patentes, que têm vida útil indefinida.

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta de passivo “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do intangível com restrição de uso é transferido para a conta de intangível do Instituto e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida a receitas de doação, visto que o bem é historicamente doado ao Instituto.

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do intangível, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

**f. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, a Entidade calcula 1/12 avos acrescido de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.



**g. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

**h. Recursos de projetos**

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica “Obrigações com recursos de projetos” quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica “Recursos vinculados a projetos” e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

**i. Reconhecimento de receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

**Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de gastos a realizar em obrigações com recursos de projetos no passivo circulante (nota 6.h).

**Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de gastos a realizar em obrigações com recursos de projetos no passivo circulante.

**Prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

**Taxa de administração:** A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos.

**Doações e subvenções recebidas:** As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- juros ativos e passivos;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**k. Tributação**

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto goza, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Bancos conta movimento	-	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	152	62
	<b>152</b>	<b>62</b>

- (a) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa do Instituto. Estão disponíveis para utilização nas operações do Instituto prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

**5 Recursos vinculados a projetos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Bancos conta movimento	7.625	2.322
Aplicações financeiras (a)	3.296	4.756
	<b>10.921</b>	<b>7.079</b>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2017 e em 2016.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	3.218	4.753
Poupança	78	3
	<b>3.296</b>	<b>4.756</b>

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos. Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras.

## 6 Adiantamentos

	2017	2016
Adiantamentos a funcionários	-	32
Adiantamentos a fornecedores	33	36
Empréstimos a funcionários	-	2
Reembolsos de outras entidades	81	80
Encargos antecipados	73	51
Adiantamentos de viagens	106	44
Adiantamentos a parceiros (a)	1.245	188
	<b>1.538</b>	<b>433</b>

- (a) Recursos adiantados a terceiros que prestam serviços durante a execução de projetos. Durante o período de 2017 houve um aumento de R\$ 1.057, variação esta que ocorreu, principalmente, em função de repasses realizados para o Projeto Centro de Gastronomia e Instituto Centro Vida.

## 7 Imobilizado

### a. Imobilizado sem restrição

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
<b>Custo</b>							
Benfeitorias e instalações	146	-	-	146	-	-	146
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	110	-	-	110	-	(7)	103
Equipamentos de comunicação	110	3	-	113	8	-	121
Equipamentos de computação	787	40	-	827	22	(42)	807
Móveis e utensílios	232	-	(1)	231	-	(16)	215
<b>Total do custo</b>	<b>1.385</b>	<b>43</b>	<b>(1)</b>	<b>1.427</b>	<b>30</b>	<b>(65)</b>	<b>1.392</b>
<b>Depreciação</b>							
Benfeitorias e instalações	(6)	(4)	-	(10)	(3)	-	(13)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(75)	(9)	-	(84)	(8)	5	(87)
Equipamentos de comunicação	(62)	(10)	-	(72)	(11)	-	(83)
Equipamentos de computação	(756)	(13)	-	(769)	(17)	42	(744)
Móveis e utensílios	(156)	(25)	1	(180)	(22)	16	(186)
<b>Total depreciação</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(61)</b>	<b>1</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(62)</b>	<b>63</b>	<b>(1.113)</b>
<b>Imobilizado líquido sem restrição</b>	<b>330</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>312</b>	<b>(32)</b>	<b>(2)</b>	<b>279</b>

**b. Imobilizado com restrição**

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
<b>Custo</b>							
Benfeitorias e instalações	104	-	-	104	-	-	104
Veículos	118	-	-	118	-	-	118
Máquinas e equipamentos	78	-	(7)	71	-	(5)	66
Equipamentos de comunicação	39	-	-	39	11	(3)	47
Equipamentos de computação	652	68	-	720	75	(35)	760
Móveis e utensílios	77	1	-	78	-	(25)	53
<b>Total do custo</b>	<b>1.068</b>	<b>69</b>	<b>(7)</b>	<b>1.130</b>	<b>86</b>	<b>(68)</b>	<b>1.148</b>
<b>Depreciação</b>							
Benfeitorias e instalações	(4)	(3)	-	(7)	(3)	-	(10)
Veículos	(50)	(12)	-	(62)	(12)	-	(74)
Máquinas e equipamentos	(29)	(8)	3	(34)	(7)	2	(39)
Equipamentos de comunicação	(12)	(4)	-	(16)	(4)	1	(19)
Equipamentos de computação	(453)	(93)	-	(546)	(95)	33	(608)
Móveis e utensílios	(64)	(13)	-	(77)	(1)	25	(53)
<b>Total depreciação</b>	<b>(612)</b>	<b>(133)</b>	<b>3</b>	<b>(742)</b>	<b>(122)</b>	<b>61</b>	<b>(803)</b>
<b>Imobilizado líquido com restrição</b>	<b>456</b>	<b>(64)</b>	<b>(4)</b>	<b>388</b>	<b>(36)</b>	<b>(7)</b>	<b>345</b>
<b>Imobilizado total líquido (a + b)</b>	<b>786</b>	<b>(82)</b>	<b>(4)</b>	<b>700</b>	<b>(68)</b>	<b>(9)</b>	<b>624</b>

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos. A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, mantido em conta redutora do passivo, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

## 8 Intangível

	<b>Saldos em 01/01/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldos em 31/12/2017</b>
<b>Custo</b>					
Softwares	2.697	-	2.697	-	2.697
Patentes e marcas registradas	<u>1</u>	-	<u>1</u>	-	<u>1</u>
	<b>2.698</b>	<b>-</b>	<b>2.698</b>		<b>2.698</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Amortização	<u>(2.299)</u>	<u>(243)</u>	<u>(2.542)</u>	<u>(103)</u>	<u>(2.645)</u>
<b>Total amortização</b>	<b><u>(2.299)</u></b>	<b><u>(243)</u></b>	<b><u>(2.542)</u></b>	<b><u>(103)</u></b>	<b><u>(2.645)</u></b>
<b>Intangível sem restrição, líquido</b>	<u>399</u>	<u>(243)</u>	<u>156</u>	<u>(103)</u>	<u>53</u>
<b>Intangível com restrição, líquido</b>	<u>(289)</u>	<u>169</u>	<u>(120)</u>	<u>68</u>	<u>(52)</u>
<b>Intangível total, líquido</b>	<b><u>110</u></b>	<b><u>(74)</u></b>	<b><u>36</u></b>	<b><u>(35)</u></b>	<b><u>1</u></b>

## 9 Adiantamentos recebidos

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fundação Vale	98	98
Golf e Ebata	3	3
Terras	<u>-</u>	<u>45</u>
	<b><u>101</u></b>	<b><u>146</u></b>

## 10 Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo inicial		<b>6.350</b>	<b>4.687</b>
Recebimentos com restrição		16.641	12.979
(-) Devoluções de recursos		-	-
		<u><b>22.991</b></u>	<u><b>17.666</b></u>
Salários, encargos e benefícios dos projetos	16	(5.246)	(4.759)
Consultorias e serviços		(4.400)	(4.711)
Imobilizado		(161)	(85)
Despesas com viagem		(1.002)	(73)
Publicação, disseminação e eventos		(47)	(1.092)
Despesas com aluguel		(212)	(181)
Utilidades e serviços		(78)	(99)
Impostos e taxas		(105)	(110)
Despesas com comunicação		(211)	(198)
Despesas com materiais		(36)	(60)
Receitas financeiras - Rendimentos aplicação		503	650
Receitas financeiras - Descontos obtidos		-	-
Despesas financeiras		(235)	(81)
Despesas com seguros		(28)	(22)
Despesas com manutenção		(10)	(33)
Reembolsos de refeições		5	7
Outras Despesas operacionais			(217)
Repasse a subcontratos		(781)	(469)
<b>Total de gastos com projetos</b>		<u><b>(12.044)</b></u>	<u><b>(11.533)</b></u>
<b>Saldo final</b>		<u><u><b>10.947</b></u></u>	<u><u><b>6.350</b></u></u>

## 11 Contingências

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas Do Instituto.

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2017 e 2016, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

## 12 Partes relacionadas

O Instituto define como partes relacionadas o pessoal chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

	2017	2016
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	<u>810</u>	<u>676</u>

## 13 Patrimônio líquido

### Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício. Os superávits são incorporados ao patrimônio social por determinação estatutária.

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

## 14 Receitas líquidas

	2017	2016
Receitas com restrições (i)	11.427	11.533
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	1.117	745
Receitas diversas	43	15
Receitas com prestação de serviços	1.834	1.167
Deduções		
COFINS/ISS	<u>(149)</u>	<u>(94)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>14.272</u></b>	<b><u>13.366</u></b>

<b>(i) Receitas com restrições, por financiador</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4.037	3.047
NORAD	2.409	744
NORAD EDF	223	182
Mineração Paragominas S/A	-	170
Secretaria de Meio Ambiente Paragominas	-	130
Mercy Corps (b)	-	555
Gordon and Betty Moore Foundation (a)	2.450	2.902
Good Energies Foundation (c)	494	269
Ibirapiting	280	-
Climate Works Monitoramento (d)	-	939
WRI - World Resources Institute's (f)	68	582
José Roberto Marinho (e)	885	1.414
Doador Anônimo	-	520
Para 2030	227	-
CLUA	137	-
IDH	77	-
Outros	140	79
	<hr/>	<hr/>
<b>Total receitas com restrições / doações</b>	<b>11.427</b>	<b>11.533</b>

(i) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- **Taxas não previstas** - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”;
- **Taxas mistas** - São previstas nos contratos e também com especificação de determinados gastos na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”; e
- **Taxas previstas** - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de “Overhead”.

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

**a. Fundação Gordon e Betty Moore**

Foram desenvolvidas várias ações: 1 - Apoio à implementação do plano de área protegida de acordo com as metas de órgãos estaduais e federais destas áreas; 2 - Conservar 14,1 milhões de hectares do Mosaico da Calha Norte, apoiando o desenvolvimento de mecanismos de finanças sustentáveis e um programa de monitoramento territorial; 3 - Aumentar a eficácia dos compromissos de desmatamento zero de carne e grãos na Amazônia, aumentando a transparência na sua aplicação, tornando o conhecimento amplamente disponível na forma de plataformas de dados on-line, publicações de lições aprendidas, e mostrando a liderança do estado do Pará, na implementação dos compromissos de carne e grãos; 4 - apoio à preparação, distribuição e publicação de análise georeferenciada interdisciplinar para auxiliar a tomada de decisões do governo e uso da sociedade civil nos nove países amazônicos, e apoiar a consolidação dos territórios indígenas e áreas protegidas no corredor Xingu, Brasil.



- b. Mercy Corps**  
Redução do desmatamento na Amazônia Brasileira Oriental, através de Gestão Ambiental e Controle a Nível Municipal.
- c. Good Energies Foundation**  
Apoiar a criação do Centro de Empreendedorismo na Amazônia Brasileira; 2 - Regulação Ambiental para Assentamentos de Reforma Agrária; 3 - Estratégia de Desmatamento Zero e consolidação de áreas protegidas no Estado do Pará, Amazônia Brasileira.
- d. Climate and Land Use Alliance**  
Reduzir o desmatamento ilegal associado com a especulação de terra no Estado do Pará, Brasil; 2 - Desenvolver uma estratégia para implementação do compromisso Desmatamento Líquido Zero do Estado do Pará a partir de 2020.
- e. José Roberto Marinho**  
Apoio à criação do Centro de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia - Fase de Pré Investimento; 2 - Apoio ao Centro de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia.
- f. WRI - World Resources Institute's**  
O Instituto Centro Vida (ICV) assinou um contrato com o WRI em 06 de julho de 2012 e subcontratou o IMAZON, para execução conjunta do Projeto GFI Brasil - Fase 6.  
  
O Instituto foi premiado com um contrato de US\$ 60,869 no ano fiscal de 2015 pelo Instituto Centro de Vida, em apoio às atividades GFI. O Instituto recebeu R\$ 195, utilizado em 2015.

## 15 Custos operacionais

<b>Custos sem restrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Salários e encargos sociais (i)	(169)	(343)
Serviços prestados por terceiros e outros custos	<u>(1.413)</u>	<u>(1.030)</u>
<b>Total sem restrição</b>	<b><u>(1.582)</u></b>	<b><u>(1.373)</u></b>
<b>Custos com restrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Salários e encargos sociais (i)	(5.077)	(4.416)
Serviços prestados por terceiros e outros custos	<u>(6.350)</u>	<u>(7.117)</u>
<b>Total com restrição</b>	<b><u>(11.427)</u></b>	<b><u>(11.533)</u></b>

(i) Salários e encargos

	Sem restrição		Com Restrição	
	2017	2016	2017	2016
Salários	(60)	(124)	(1.913)	(1.686)
INSS	(20)	(44)	(795)	(695)
Vale alimentação	(33)	(62)	(636)	(562)
Assistência médica	(12)	(20)	(315)	(260)
Férias	(7)	(15)	(291)	(265)
Gratificações	(5)	(24)	(474)	(416)
FGTS	(6)	(13)	(250)	(216)
13º salário	(7)	(9)	(222)	(134)
Seguro de vida	(4)	(14)	(73)	(62)
Remuneração de estágio	(10)	(12)	(42)	(32)
PIS	(1)	(2)	(34)	(29)
Aviso prévio / indenizações	-	-	-	(43)
Multa rescisória	(3)	-	3	-
Capacitação	-	-	(24)	-
Exames e medicamentos	(1)	(4)	(11)	(16)
	<b>(169)</b>	<b>(343)</b>	<b>(5.077)</b>	<b>(4.416)</b>

## 16 Despesas administrativas

	2017	2016
Viagens	(329)	(5)
Eventos	(6)	(15)
Manutenção	(9)	(12)
Aluguel	(9)	(72)
Utilidades e serviços	(62)	(40)
Refeitório	6	(6)
Impostos e taxas	(88)	(58)
Depreciação e amortização	(99)	(135)
Seguros	(13)	(20)
Comunicação	(60)	(66)
Materiais	(19)	(10)
Despesas com consultoria e serviços	(182)	(168)
Outras despesas administrativas	-	-
	<b>(870)</b>	<b>(607)</b>

## 17 Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
Juros sobre aplicações financeiras	21	25
Descontos obtidos		
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>21</b>	<b>25</b>
Juros e despesas bancárias	(13)	(11)
IRRF sobre juros com aplicações financeiras	-	-
IOF	-	-
Variação cambial	-	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(13)</b>	<b>(11)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>8</b>	<b>14</b>

## 18 Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber;
- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros; e
- Fornecedores e outras obrigações.

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

### Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil ou Bradesco. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pelos valores contábeis.

	2017	2016
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	152	62
Valores a receber e outros créditos	<u>1.633</u>	<u>435</u>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b><u>1.785</u></b>	<b><u>497</u></b>

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	2017	2016
<b>Passivos financeiros</b>		
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	469	367
Fornecedores	59	52
Adiantamentos recebidos	101	146
Obrigações com recursos de projetos	<u>10.947</u>	<u>6.350</u>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b><u>11.576</u></b>	<b><u>6.915</u></b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

### ***Risco de mercado (taxa de juros)***

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Bradesco. Conforme comentado nas notas explicativa nº 4 e 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são certificados de depósitos bancários de fundos de renda fixa, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, poupança e CDB com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

\*\*\*

## **Administração da Entidade**

Verônica Oki Igacihalaguti  
Diretora Administrativa

Andréia Cristina Brito Pinto  
Diretora Executiva

Gian Carlo Cruz Toppino  
Contador CRC/PA 011577/O-0